



NOVA EDIÇÃO DA REVISTA VIDA JUDICIÁRIA DESTACA A ÁREA DO NOTARIADO E DO REGISTO PREDIAL

Número de processos de inventário pendentes cai cerca de 71,4%

A secretária de Estado da Justiça, Anabela Pedrosa, afirma estar satisfeita com os resultados alcançados pelo programa "Justiça + Próxima", lançado no primeiro trimestre do ano passado. Numa entrevista publicada na edição lusófona n.º 201, maio/junho, da revista Vida Judiciária, dedicada ao Notariado e Registo Predial, Anabela Pedrosa dá nota de 84 medidas em curso e 29 medidas já concluídas, no âmbito daquele programa, sublinhando que a "relevância para os cidadãos é inquestionável, pois a Justiça só se realiza na composição dos seus interesses e na pacificação social que advém de uma Justiça célere e equânime".

Questionada se, com a entrada em vigor do novo regime jurídico do processo de inventário e, em particular, o acompanhamento dos mesmos processos como competência dos notários em alternativa à via judicial, o tratamento destas questões gerou maior adesão do público / interessados por via desta plataforma ou se se mantém a sobrecarga por via de tratamento judicial destas questões, a secretária de Estado da Justiça sublinhou que "o número de processos de inventário pendentes nos tribunais judiciais de primeira instância diminuiu cerca de 71,4%, passando de 21.744 em 2012 para 6220 em 2016", embora o novo regime jurídico do processo de inventário só se aplique "aos processos que se iniciaram desde a data da sua entrada em vigor, portanto, desde o dia 2 de setembro de 2013, razão pela qual os processos de inventário que já estavam pendentes nos tribunais a essa data aí continuarão a tramitar até findarem".

Relativamente à questão sobre qual o prazo razoável para a obtenção de decisão relativo a processos de inventário, destacou que "o Ministério da Justiça solicitou no final do ano de 2016 à Direção Geral da Política de Justiça um estudo de avaliação do regime jurídico do processo de inventário que permitirá ter esses elementos em breve".

Apoio aos processos de reforma legislativa

Na área da lusofonia e da cooperação jurídica, Anabela Pedrosa refere que, "ao abrigo dos programas estratégicos de cooperação e demais programas de cooperação bilateral que têm vindo a ser ajustados com os PALOP e Timor-Leste, tem sido dada especial atenção, no âmbito da Justiça, à área dos Registos e do Notariado, na qual tem sido dado apoio aos processos de reforma legislativa". Ou seja, "o Ministério da Justiça de Portugal tem assegurado apoio técnico



co às reformas legislativas que têm sido implementadas pelos países parceiros, sendo disso exemplo o apoio prestado no âmbito da revisão dos Códigos do Notariado e do Registo Predial de Cabo Verde".

Sobre a aposta na tecnologia, a secretária de Estado afirma que "tem sido central, mas associada à componente formativa".

Esta edição conta ainda com uma entrevista ao presidente do Instituto dos Registos e do Notariado (IRN), José Ascenso Nunes da Maia, que declara que "o IRN está especialmente alerta para todas as situações de eventual fragilidade e exposição de informação que detém", e ao Bastonário da Ordem dos Notários, que assegura que se assiste "a um ressurgimento robusto da classe".

Escrevem ainda artigos de opinião ligados à temática do Notariado e Registo Predial Gonçalo Reino Pires (Advogado da Serra Lopes, Cortes Martins & Associados), Fernanda Varela (Conservadora do Registo Predial de Cascais), Fidel Valia (Conservador e Notário Superior em Moçambique e Coordenador do Projeto de Informatização e Revisão do Código do Registo Predial de Moçambique), Luísa Clode (conservadora do Registo Predial do Funchal e secretária-geral da Direção da Associação Sindical dos Conservadores dos Registos), Luís Abreu Coutinho (advogado da CMS Rui Pena & Arnaut), Madalena Teixeira (conservadora dos Registos Predial e Comercial), Manuel Camarate de Campos (advogado da Raposo Subtil e Associados), Miguel Reis (Advogado), Mónica Reis (professora universitária), Rui Ataíde (professor universitário) e Teresa Mascarenhas e Patrícia Esquivel (ambas da SPS Sociedades de Advogados).



Vida Judiciária

Este suplemento faz parte integrante da Vida Económica nº 1689, de 26 de maio 2017

J.P. MENEZES FALCÃO VAI "APOSTAR FORTEMENTE" NAS FERRAMENTAS DIGITAIS DE SUPORTE À COMUNICAÇÃO

Advogado português lidera INTERLEGAL

J.P. Menezes Falcão, sócio da ACE - Sociedade de Advogados, acaba de ser eleito por unanimidade presidente da INTERLEGAL, uma rede internacional de advogados com presença em 40 países de diversos continentes. Em entrevista à "Vida Económica", o jurista explica que esta é uma organização onde se debatem ao longo do ano "temas importantes para a advocacia internacional" e ligadas a várias áreas jurídicas, como Direito das sociedades comerciais, do trabalho, fiscal, a gestão de sociedades de advogados, 'case studies' ou as insolvências, arbitragens e litigância internacionais.



Pág. II

Notícias

Nova edição da revista Vida Judiciária destaca a área do Notariado e do Registo Predial

Número de processos de inventário pendentes cai cerca de 71,4%

Pág. III

Casos da Vida Judiciária

Fechar sem deitar fora a chave

Pág. IV

Consultório

PROPRIEDADE HORIZONTAL

ABERTURA DE RESTAURANTE EM FRAÇÃO AUTÓNOMA ANTERIORMENTE USADA PARA COMÉRCIO

Pág. IV

BASTONÁRIO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DIZ QUE "OS ADVOGADOS NÃO DEVEM SER ALVO DE UMA DISCRIMINAÇÃO NEGATIVA"

Alterações ao Estatuto dos Deputados divide advogados

Págs. II-III

VidaJudiciária

ASSINE AGORA E RECEBA A OFERTA DO LIVRO



TEMAS:

- Entrevista
- Análise
- Em Foco
- Opiniões
- Legislação



Um instrumento de trabalho para:

Advogados, magistrados, juristas, solicitadores e demais profissionais do foro.

<http://livraria.vidaeconomica.pt> encomendas@vidaeconomica.pt 223 399 400

Nome _____
 Morada _____
 C. Postal _____
 E-mail _____ Nº Contribuinte _____
 Telefone _____ Telemóvel _____

Quero assinar a **Vida Judiciária** a partir de ____/____ e receber a oferta do livro **advogados & solicitadores e agentes de execução** na seguinte modalidade:
Anual: Papel + Digital 88€ Digital 78€

Pago por transferência bancária para o IBAN PT50 0033 0000 4531 3889 1130 5 (é necessário enviar comprovativo)

Para o efeito envio cheque/vale nº _____, s/ o _____, no valor de € _____

ASSINATURA _____

A assinatura anual inclui 6 números da revista Vida Judiciária e 11 suplementos mensais.
 * Campanha válida até 31.07.2017. Oferta do livro **advogados & solicitadores e agentes de execução** com o valor comercial de 26.40€.